

Contribuições da ABRAGE à Consulta Pública MME nº 087/2019

Plano Decenal de Expansão de Energia 2029

1 Introdução

A ABRAGE apresenta suas contribuições à CP MME 087/2019, que apresenta à sociedade o Plano Decenal de Expansão de Energia 2029.

Primeiramente esta Associação gostaria de parabenizar a Empresa de Pesquisa Energética quanto ao esforço depreendido na confecção deste plano. Ao trazer para a discussão novos e complexos desafios que o setor elétrico enfrentará no futuro breve, como a resposta da demanda e os recursos energéticos distribuídos, fica evidente a evolução deste relatório em relação aos anteriormente publicados.

Há que se evidenciar também a atenção dada às estimativas de produção e abastecimento de derivados do petróleo e do gás natural. A consideração do efeito do pré-sal e do novo mercado de gás nas perspectivas de preços dessa commodity, bem como a evolução da infraestrutura existente e planejada para seu escoamento demonstram a coerência que se espera de um plano que aponta uma vultuosa expansão do sistema elétrico por usinas termelétricas movidas por este combustível.

Apesar da qualidade do documento apresentado para esta consulta pública, a ABRAGE entende haver espaços para pontuais contribuições, listadas a seguir.

2 Contribuições

2.1 Premissas Macroeconômicas:

2.1.1 Estimativa de PIB e a Elasticidade da Demanda

O estudo apresenta uma expectativa de melhora significativa no produto interno bruto brasileiro, principalmente nos primeiros anos do horizonte do plano decenal, devido à capacidade ociosa de produção que pode ser capaz de responder rapidamente à variação da demanda.

Dentro deste contexto são apresentados dois cenários de evolução econômica: um cenário de referência e um cenário alternativo. Enquanto o cenário de referência aponta crescimento econômico entre 2,8% a.a. e 3% a.a., o cenário alternativo aponta um possível crescimento acima de 3,5% a.a., amparado por um contexto político mais específico.

Este contexto político é descrito no “Box” 1-1, e basicamente indica que o cenário alternativo de crescimento depende da aprovação de reformas, aumento na credibilidade no ambiente de negócios além da melhora no mercado de trabalho e na disponibilidade de crédito.

A Abrage entende que o contexto no qual se baseia o cenário alternativo está próximo de se configurar por meio da agenda de reformas que vem sendo implementada pelo governo.

Importantes alterações no regime previdenciário já se tornaram realidade, ajustes essenciais no âmbito tributário e administrativo devem ser contemplados ainda no curto prazo.

Portanto, sugere-se à EPE especial atenção para com eventuais desvios das premissas macroeconômicas a fim de se readequar o planejamento da expansão em tempo hábil.

Com relação à elasticidade da demanda, sugere-se que seja ajustada ao cenário alternativo de crescimento (o qual propomos que seja o cenário base dos estudos), de forma a manter a coerência da proposta. Adicionalmente ressaltamos que o aumento da disponibilidade de gás natural e o estabelecimento do novo mercado de gás, conforme descrito ao longo deste plano, poderão, também, influenciar significativamente nos preços da energia e consequentemente na sua demanda.

2.2 Geração Centralizada de Energia Elétrica

Direcionada pelas premissas macroeconômicas, a expansão indicada pelo planejamento demonstra alto grau de preocupação com a oferta de capacidade. A oferta de potência passa a ser etapa fundamental no fluxograma do Modelo de Decisão de Investimentos – MDI.

Conforme descrito pelo próprio plano, é apresentada, pela primeira vez, uma análise sobre os requisitos de flexibilidade operativa considerando a expansão de referência.

Neste ponto do documento observamos que, dentre as fontes controláveis, a protagonista da expansão será a fonte termelétrica tendo o gás natural como combustível. Foca-se principalmente nos atributos de potência e de rampa inerentes a este tipo de empreendimento e que serão fundamentais para a segurança do abastecimento futuro.

Observa-se que, apesar da necessidade de se valorizar os atributos, o plano não considerou alterações significativas no modelo do setor elétrico que já se encontram em curso. Apesar dessas alterações ainda se encontrarem em um nível prematuro acreditamos ser adequado a inserção de um BOX admitindo desvios do planejamento, principalmente pela adoção da separação entre lastro e energia. Entendemos também que poderia haver uma maior integração do PDE com algumas proposições já encaminhadas pelo GT de Modernização do Setor Elétrico, como por exemplo a implementação de mercado de serviços ancilares.

Esta proposição vai ao encontro do exposto no “BOX” 3.2, que apresenta a necessidade de modernização do parque hidrelétrico. A Abrage compartilha da preocupação da EPE em se aprimorar as regras que possam incentivar esse tipo de expansão, não só pela modernização, mas **principalmente**, pela recapacitação de usinas que apresentam poços vazios preparados para a instalação de novas unidades geradoras. Entendemos que se trata da melhor alternativa para se acrescentar, potência e flexibilidade ao menor custo para a sociedade e em um curtíssimo prazo. Nessa linha aproveitamos para relembrar a Apresentação do Resultados do GT modernização, na qual já se propõe que a recapacitação de UHEs seja um produto candidato aos próximos leilões focados no suprimento de potência durante a transição dos modelos. Pelo exposto sugerimos reavaliar o “BOX” 3.2 para que seja mais explícito quanto a esta questão.

2.3 Visão de futuro para o parque gerador de energia elétrica

A sessão 3.5 do Plano apresenta um retrato final da expansão indicativa segundo as premissas previamente discutidas. Os gráficos 3-7 e 3-8 demonstram a participação das fontes na composição da matriz de energia elétrica e também no atendimento à carga, respectivamente:

Gráfico 3-7 - Participação das fontes na capacidade instalada da Geração Centralizada

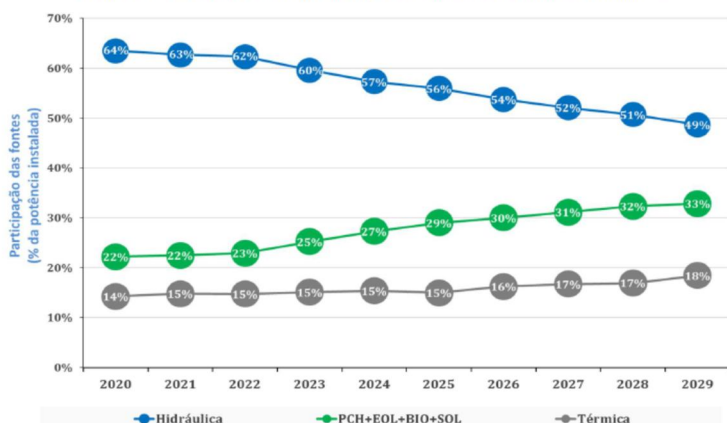
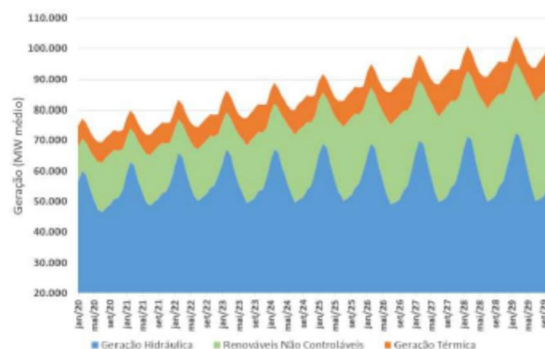


Gráfico 3-8 - Expectativa de geração mensal para suprimento à carga



As figuras materializam uma preocupação antiga da Abrage: a diminuição do armazenamento hidráulico e a consequente perda da capacidade de regularização.

Trata-se de uma questão amplamente discutida no setor, mas que ainda não sensibilizou a sociedade de forma efetiva. Percebe-se uma alta taxa de evolução das fontes intermitentes e não controláveis, ocupando o espaço na matriz de capacidade e de produção outrora protagonizado pelas usinas com reservatório.

Sugerimos, neste ponto do estudo, a inserção de um “BOX” enfatizando a importância sistêmica dos diversos atributos dos reservatórios, dentre eles a capacidade de regularização e de modulação da geração, fundamental, inclusive, para que se possa acomodar a grande entrada de usinas eólicas e fotovoltaicas mantendo a segurança no abastecimento.

Mais adiante, é realizada uma análise da flexibilidade horária ao longo do horizonte do Plano. Enfatiza-se que este requisito será cada vez mais importante na operação do sistema e que historicamente tem sido suprido pelas hidrelétricas.

A Abrage corrobora esta análise e acrescenta que o Plano deveria considerar em seus estudos a inserção de usinas hidrelétricas reversíveis, focadas no atendimento à rampa no período de ponta.

Entendemos que se trata de mais uma tecnologia que pode se mostrar viável ao ter seu atributo corretamente precificado em um ambiente de separação de lastro e energia.

Ainda analisando as possibilidades de suprimento de potência, o PDE apresenta, pela primeira vez, cenário que incorpora a resposta da demanda como tecnologia alternativa para o planejamento energético.

Destacam-se as diversas vantagens da adoção desta tecnologia tanto no planejamento quanto na operação, as quais a Abrage endossa. Entretanto, vislumbramos que a resposta da demanda tem potencial de trazer benefícios não mencionados no Plano e que merecem destaque.

É de amplo conhecimento que um dos desafios da operação é a coordenação da utilização dos recursos hídricos nos momentos de maior demanda. Em diversas oportunidades, por razões tanto energéticas quanto de capacidade e flexibilidade, o ONS solicita aos agentes geração máxima hidrelétrica disponível, sem espaço para políticas de otimização sinalizadas pelos modelos.

A capacidade da resposta da demanda de “redesenhar” a curva de carga ao longo do dia, principalmente na ponta, possibilitará ao operador trabalhar com maior reserva girante além de propiciar a oportunidade de otimizar os despachos nas cascatas, utilizando o recurso hídrico de maneira mais eficiente. Portanto, solicitamos a inclusão deste aspecto no “BOX” 3.6, que trata do assunto.